

**OS SOLDADOS ESQUECIDOS: A PERDA DO 7º G.A.DO NA TRAGÉDIA EM  
AGOSTO DE 1942 E O DESENVOLVIMENTO DA ARTILHARIA DE COSTA  
BRASILEIRA**

**FORGOTTEN SOLDIERS: THE LOSS OF THE 7TH G.A.DO IN THE TRAGEDY OF  
AUGUST 1942 AND THE DEVELOPMENT OF BRAZILIAN COASTAL ARTILLERY**

DOI 10.5281/zenodo.13857006

Victor Quintanilha Fernandes<sup>1</sup>

Flaviano Bugatti Isolan<sup>2</sup>

**Resumo:** A partir de um breve contexto político e econômico, este artigo visa trabalhar uma análise acerca dos ataques realizados em agosto de 1942, no litoral do nordeste, e protagonizados pelo submarino alemão U-507. Para tal, foram consultadas fontes primárias referentes aos eventos, assim como a consulta de uma vasta bibliografia. O objetivo da obra é estudar as agressões aos navios Baependy e Itagiba, resultando na perda dos militares do 7º G.A.Do e de seus familiares a bordo das embarcações. Esta obra também propõe buscar compreender quais foram as consequências deste ataque para a sociedade brasileira e como o mesmo está relacionado ao desenvolvimento das Forças Armadas do Brasil.

**Palavras-chave:** Baependy. Itagiba. U-507. 7º Grupo de Artilharia de Dorso. Segunda Guerra Mundial.

**Abstract:** From a brief political and economic context, this article aims to conduct an analysis of the attacks carried out in August 1942 on the northeastern coast, spearheaded by the German submarine U-507. For this purpose, primary sources related to the events were consulted, along with a broad bibliography. The objective of the research is to study the assaults on the ships Baependy and Itagiba, which resulted in the loss of members of the 7th G.A.Do and their families on board. This work will also seek to understand the consequences of this attack for Brazilian society and how it is related to the development of the Brazilian Armed Forces.

**Keywords:** Baependy. Itagiba. U-507. 7º Coast Artillery Group. World War II.

## Introdução

---

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura de História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Email: quintanilhahistoria@gmail.com - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7947712753823676>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-3596-3164>.

<sup>2</sup> Docente de História Contemporânea na Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Doutor em História pela Universidade Técnica de Berlim (TU-Berlin). Email: flavianoisolan@hotmail.com - Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5309266321409561>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4190-4025>.

As tensões políticas decorridas no Brasil ao longo do ano de 1942 começam a se consolidar ainda no contexto de 1939, com a invasão da Polônia em setembro do mesmo ano, deflagrando o conflito que ficaria conhecido como a Segunda Guerra Mundial. Para o desenvolvimento deste artigo foi realizada uma pesquisa ao Arquivo Histórico do Exército, sendo consultada a pasta da Força Expedicionária Brasileira, referente ao Inquérito Policial Militar instaurado pelo Ministro da Guerra (Eurico Gaspar Dutra) a partir da portaria nº 3.592 de 18 de agosto de 1942. Juntamente a esta pesquisa, realizei uma consulta ao material presente na Fundação Biblioteca Nacional referente às publicações da Imprensa Nacional acerca do evento. É imprescindível, para o início das argumentações, abordar e compreender brevemente as tensões políticas e econômicas que levaram aos eventos catastróficos em agosto de 1942 a partir de um sucinto debate bibliográfico.

Podemos iniciar esta análise a partir do ano de 1933, um ano que marca a ascensão do NSDAP (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*)<sup>3</sup> na Alemanha, mas que também se caracteriza por uma guinada nas relações comerciais germano-brasileiras. A esta guinada podem ser creditadas as atuações de Karl Ritter, na época chefe do Departamento de Economia da *Wilhelmstrasse*<sup>4</sup> e, a partir de julho de 1937, futuro embaixador alemão no Rio de Janeiro. O projeto alemão consistia em contemplar parte do programa governamental de Getúlio Vargas, que almejava o desenvolvimento dos setores industriais e militares no Brasil. Neste cenário, a Alemanha seria responsável pelo investimento tecnológico enquanto o Brasil forneceria as matérias primas necessárias para o aquecimento da indústria alemã e a superação da grave crise econômica enfrentada pelos germânicos. (SEITENFUS, 2000, p.37-39).

A partir de dados disponíveis no Ministério das Relações Exteriores, pode-se observar um aumento exponencial nas relações comerciais germano-brasileiras, atingindo números 435,55% maiores em meados de 1937, quando comparados aos registrados no ano de 1933. Esta aproximação comercial entre Brasil e Alemanha vai

---

<sup>3</sup> Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães.

<sup>4</sup> Local em Berlim onde se localizava o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha.

despertar preocupações nos Estados Unidos, manifestando-se em novembro de 1934, após promover tentativas de acelerar as suas parcerias comerciais com o país latino-americano. Os estadunidenses, ainda na primeira metade da década de 1930, representavam o maior parceiro comercial internacional do Brasil, uma posição que seria ultrapassada pela Alemanha ao longo desta mesma década. Enquanto os Estados Unidos representavam 21,2% das importações brasileiras no ano de 1933, a Alemanha representava 12%. Em meados de 1936, esta posição seria invertida, com os Estados Unidos representando 22,1%, enquanto a Alemanha representava 23,5%. Podemos observar o mesmo padrão para as exportações brasileiras, embora neste caso a Alemanha não tenha conseguido superar os Estados Unidos, mas é notável uma redução acentuada nas exportações para os estadunidenses - consultar tabela 2 - enquanto as exportações brasileiras para a Alemanha subiram neste mesmo período. (SEITENFUS, 2000, p.40-44)

Ano	Estados Unidos	Alemanha
1933	21,2%	12%
1934	23,7%	14%
1935	23,4%	20,4%
1936	22,1%	23,5%

**Tabela 1: Relação de importações do Brasil com os Estados Unidos e a Alemanha (1933 - 1936)** As informações presentes nesta tabela foram calculadas em porcentagem com base nos números absolutos em libra-ouro fornecidos pela SDN. **Fonte:** SEITENFUS, R. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. 2000. p.44 apud *Statistiques du commerce international*, Genebra, 1933-1936.

Ano	Estados Unidos	Alemanha
1933	46,7%	8,1%
1934	39,5%	13,2%
1935	38,9%	16,5%
1936	38,9%	13,2%
1937	36,2%	17,1%

**Tabela 2: Relação de exportações do Brasil com os Estados Unidos e a Alemanha (1933 - 1937).** As informações presentes nesta tabela foram calculadas em porcentagem com base nos números absolutos em libra-ouro fornecidos pela SDN. **Fonte:** SEITENFUS, R. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. 2000. p.44.apud *Statistiques du commerce international*, Genebra, 1933-1937.

Ao analisar friamente esses números uma conclusão equivocada que poderia ser alcançada permeia-se na ideia de que o Brasil estava se distanciando dos Estados Unidos e promovendo políticas de aproximação ideológica com a Alemanha, um erro. O historiador Gerson Moura vai classificar as relações internacionais políticas e econômicas do governo de Getúlio Vargas como uma “equidistância pragmática”. Embora as políticas externas de Hitler e Roosevelt tenham iniciado uma disputa econômica, cultural e ideológica na América Latina, o governo brasileiro soube articular as suas oportunidades e desenvolver os melhores acordos, na perspectiva do então governo, para o Brasil. Este posicionamento foi essencial enquanto os conflitos tomavam palco na Europa, fornecendo aos brasileiros um maior poder de barganha em suas negociações, tendo em vista que os seus produtos - borracha, algodão, manganês, ferro, couros, carne, laticínios, café, bauxita - eram itens de grande relevância aos conflitos. (MOURA, 1993, p.179).

A diplomacia brasileira viria a abandonar sua posição de neutralidade e assumir um posicionamento oficial perante os eventos ocorridos na Europa somente em janeiro de 1942, durante a conferência do Rio de Janeiro. Esta decisão está contextualizada em uma mudança de postura dos Estados Unidos frente aos seus países vizinhos. A implementação das chamadas políticas da Boa Vizinhança, foram lançadas com o objetivo de aproximar os países do Continente Americano, visando promover uma política de defesa continental, pregada ao longo das conferências do Panamá e de Havana. (ARGUELHES, 2010, p.116-118).

Para o êxito desta campanha estadunidense, o Brasil necessitava estar alinhado às suas posições diplomáticas, dando início a uma mudança de postura da diplomacia de Washington perante o Rio de Janeiro. Como foi mencionado anteriormente, Vargas sempre mediou as relações internacionais brasileiras direcionando os acordos que contemplassem os tópicos de desenvolvimento industrial e modernização das Forças Armadas. A aproximação comercial e política germano-brasileira forçou o governo dos Estados Unidos a ceder e forjar um programa de desenvolvimento industrial e militar

em parceria com o governo brasileiro. Oswaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, vai ser o personagem central nesta aproximação com Washington, marcando uma guinada nas Relações Exteriores do Brasil que culminaria com o rompimento das relações diplomáticas germano-brasileira em janeiro de 1942, por consequência do ataque japonês à Pearl Harbor em dezembro de 1941. Embora o Brasil tenha rompido relações diplomáticas com a Alemanha, não era intenção do Itamaraty assumir uma posição de beligerância contra Berlim, ficando a cargo do embaixador alemão, neste momento com o cargo sendo preenchido por Kurt Prüfer, introduzir, em tom de ameaça, esta perspectiva diplomática em sua carta ao Ministro Oswaldo Aranha.



**Fotografia 1:** Baependy. Fonte: Agressão: Documentário dos fatos que levaram o Brasil à guerra.

## Os ataques aos navios brasileiros (1942)

Embora as hostilidades contra o Brasil tenham tomado palco, oficialmente, em janeiro de 1942, já havia sido registrado um ataque contra certo navio de bandeira brasileira em águas internacionais. O mercante Taubaté, um cargueiro a vapor de cinco mil toneladas, encontrava-se navegando no Mar Mediterrâneo, ao largo da costa do Egito, quando foi atacado por um avião da *Luftwaffe*<sup>5</sup> em 22 de março de 1941. Apesar do ataque não resultar no naufrágio do Taubaté, resultou na morte do tripulante José Francisco Fraga. (BARONE, 2013, p.27).

Seria somente no alvorecer de 1942, após as tensões diplomáticas em janeiro do mesmo ano, que os ataques aos navios de bandeira brasileira seriam intensificados em rotas comerciais internacionais. Este fato levanta a seguinte questão: por que atacar navios mercantes brasileiros?

A resposta para esta pergunta é relativamente simples. Quando o governo de Getúlio Vargas estabelece os acordos econômicos com Washington, tal qual o acordo realizado em 1º de outubro de 1941 em que os Estados Unidos firmam o compromisso de investir 100 milhões de dólares em equipamentos militares ao Brasil, ficando este em troca de conceder aos estadunidenses a permissão para a utilização de portos, pela sua marinha de guerra, no litoral do nordeste brasileiro, assim como intensificar as relações comerciais através do envio de carnes, couro, borracha e demais insumos considerados importantes para o abastecimento das tropas no front de guerra na Europa, que se justificam os atos. (SEITENFUS, 2000, p.264-267). A motivação para os ataques em águas internacionais é discorrida dentro da historiografia como sendo uma medida de retaliação de Berlim ao Brasil pelo envio de tais insumos vitais para a manutenção de tropas aliadas nos campos de batalhas europeus.

Entre fevereiro e julho de 1942, quatorze navios brasileiros foram atacados por meios navais e aéreos pela máquina de guerra do Eixo (Alemanha e Itália). Em grande maioria, estas embarcações foram vitimadas nas imediações da costa dos Estados

---

<sup>5</sup> Força Aérea Alemã.

Unidos ou em águas internacionais do Atlântico Norte. Seria apenas em agosto do mesmo ano que a *Kriegsmarine*<sup>6</sup> viria a deliberar um ousado ataque na costa brasileira, contra navios brasileiros realizando uma navegação de cabotagem, desconectados desta negociação internacional de matérias primas. É neste contexto que se insere a história do 7º Grupo de Artilharia de Dorso (7º G.A.Do). Entretanto, preliminarmente aos trabalhos de memória acerca dos militares brasileiros, é importante se questionar o porquê desta iniciativa em atacar navios brasileiros que transitavam em uma rota civil e costeira?

A resposta para esta pergunta é um pouco mais complexa do que a anterior. Assim como foi mencionado previamente, quatorze navios brasileiros foram atacados ao longo do primeiro semestre de 1942. Dentre estes navios encontrava-se o mercante Gonçalves Dias, naufragado, em 24 de maio, nas imediações do Caribe pelo submarino alemão U-502. Este ataque resultaria em um pronunciamento do Ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, no dia 27 de maio do mesmo ano, expondo uma notícia de retaliação dos aviões da Força Aérea Brasileira aos ataques contra os navios mercantes do Brasil. (FILHO, 2006, p.60-65).

Na perspectiva de alguns historiadores, destacando aqui o trabalho de Elísio Gomes Filho, a decisão de atacar os navios de bandeira brasileira em rotas de navegação costeira, partiu de uma visão revanchista do alto comando alemão. O Almirante Karl Doenitz, Comandante da força submarina, seria o responsável pela Ordem Naval nº 101 B II 5 C, emitida em 05 de julho de 1942, conforme consta no Diário de Bordo do submarino alemão U-507, comissionado na 2ª Flotilha Alemã. Esta ordem autoriza o ataque contra todos os navios mercantes de bandeira brasileira, assim como a investida aos navios militares que estivessem destacados para operações de escolta, sendo este acompanhamento tanto para navios brasileiros quanto de nacionalidade estrangeiras inimigas de Berlim. O Almirante Doenitz, dessa forma, registra em suas memórias a fala do Ministro Salgado Filho, concluindo que o Brasil estaria assumindo uma posição não

---

<sup>6</sup> Marinha de Guerra da Alemanha.

declarada de beligerância, justificando assim a emissão da Ordem Naval transmitida em rádio para os Oficiais da *Befehkshaber der Unterseebootes*<sup>7</sup> (BdU).

Ficaria a cargo do Capitão Harro Schacht, comandante do U-507, executar as operações de ataque em agosto de 1942. Embora tenha sido permitido o ataque de embarcações brasileiras, não houve uma ordem vinda do BdU direcionada a Schacht ou qualquer outro comandante (Kals, Schroter ou Hirsacker) destacado no Atlântico Sul de ataque. Como relata em seu Diário de Bordo, Harro Schacht solicitou, através da transmissão de rádio 0037/8, autorização para manobrar livremente na costa brasileira, acreditando que nesta região encontraria um fluxo marítimo maior. Sua autorização seria enviada algumas horas depois, ainda no mesmo dia 08 de agosto, através da transmissão de rádio 1433/8, autorizando manobras livres na costa brasileira conforme solicitado.

No decorrer dos dias 15 e 19 de agosto, o submarino U-507 viria a se deparar com as embarcações Baependy, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba, Arará e a barcaça Jacira, vitimando um total de 652 pessoas, dentre estes civis (homens, mulheres e crianças) e militares. É relevante ressaltar que dentre as vítimas havia estrangeiros (Hungria, Portugal, Argentina, Inglaterra, Espanha, Uruguai, Alemanha, Rússia, Síria, Turquia e Líbano)<sup>8</sup>, como consta na lista de passageiros presente na documentação do Inquérito Policial Militar instaurado após os ataques. As fatalidades de caráter militar presente na lista do fatídico ataque são retratos da perda do 7º Grupo de Artilharia de Dorso, na qual se encontrava em missão de transferência, embarcado nos mercantes Baependy e Itagiba.

### A perda do 7º Grupo de Artilharia de Dorso

---

<sup>7</sup> Comando de Submarinos (tradução nossa).

<sup>8</sup> Illes Politzer (Hungria); Gaspar Monteiro de Oliveira Pinto (Portugal); Cacilda de Souza Pinto (Portugal); Constantino Ferreira d'Almeida (Portugal); José Gonçalves Fernandes (Portugal); Rodolfo Lartigue (Argentina); Hugh Cyrel Murdoch (Inglaterra); Juan Argemiro Rodriguez Rodriguez (Espanha); Vidal Caubeses Moreira (Espanha); Almerinda Nogueira (Uruguai); Heinrich Fahlbusch (Alemanha); Bella Buchmann (Rússia); Jayme Sagorsky (Rússia); Abraham Chonecke (Síria); Rebeca Levy Choucke (Turquia); Edmundo Baracat (Líbano).



Dentre os 837<sup>9</sup> passageiros, somando-se as pessoas a bordo das seis embarcações, 244 eram militares do 7º G.A.Do. Destes, 143 estavam a bordo do Baependy com os demais 101 a bordo do Itagiba. Mas afinal, o que era o 7º Grupo de Artilharia de Dorso? Este Grupo foi criado através do Decreto-Lei nº 4.342 de 26 de maio de 1942, ficando a cargo da 7ª Região Militar, com o objetivo de ser instalado em Recife a partir do dia 1º de junho do mesmo ano. Sua constituição partiria da extinção do 1º Grupo Independente de Artilharia Misto e da 3ª Bateria do 4º Grupo de Artilharia de Dorso. (7º G.A.C, 2022). A unidade tinha como objetivo constituir a primeira linha defensiva brasileira contra uma eventual invasão do Eixo.

A perspectiva de uma possível invasão do nordeste brasileiro vinha sendo discutida pelo governo dos Estados Unidos e do Brasil. Era consenso entre as nações beligerantes que a América-Latina, a partir das suas influências políticas e dos seus recursos naturais, era valiosa para o decorrer do conflito. O governo de Roosevelt enxerga no nordeste brasileiro uma oportunidade de controlar o Atlântico Sul, mas principalmente utilizar a região como uma “cabeça de ponte” para operações aeronavais no setor do norte da África. É neste contexto, pelo receio de uma possível invasão, que surge o 7º G.A.Do e as políticas de militarização do nordeste, estabelecendo regimentos especializados em defesa costeira nas principais cidades como Recife, Natal e Maceió, assim como a ilha de Fernando de Noronha, a ponta de lança Aliada para operações no Atlântico Sul. (MONTEIRO, 2013, p.11).

A bordo do Baependy, os militares viajavam sob o comando do Major Landérico de Albuquerque Lima assim como acompanhados de seus familiares (esposas, filhos, filhas, irmãos). Dentre estes parentes alguns nomes se destacam na lista do Inquérito Policial Militar instaurado, tais quais os da Heleise Ferreira (2 anos), Heidy Ferreira (4 anos), Heleine Ferreira (5 anos), Lindonor Paes Ferreira (28 anos) e o 3º Sargento Benjamin Ferreira, todos membros da mesma família e que foram classificados como desaparecidos e posteriormente constatados como mortos no ataque do dia 15 de

---

<sup>9</sup> Este dado está contido na coletânea publicada pela Imprensa Nacional em 1943 (Agressão: Documentário dos fatos que levaram o Brasil à guerra).

agosto de 1942. Esta não foi a única família vitimada, mas a idade das crianças, com alguns corpos sendo arrastados pela correnteza até as praias da cidade de Aracaju e redondezas revoltou a população local, uma revolta que se dissiparia pelo país resultando em protestos enérgicos em algumas capitais das regiões nordeste e sudeste.

O ataque ao Baependy viria a acontecer na hora do jantar. É interessante observar que no diário de bordo do U-507 o Capitão Harro Schacht vai descrever o início do ataque às 23h53 da noite do dia 15 de agosto. Entretanto, em depoimentos coletados pelo Exército e entrevistas realizadas pela Imprensa Nacional com os sobreviventes e publicadas no ano seguinte, vai ser consenso das vítimas que o horário do ataque ocorreu, aproximadamente, às 19h00 da noite do mesmo dia. Esta discrepância no documento da embarcação alemã pode ser explicada pelo fuso horário que Schacht estava se baseando, neste caso a base do oficial alemão era o horário de Berlim, justificando a alteração na documentação.

- 35 -

Datum und Uhrzeit	Angabe des Orts, Wind, Wetter, Seegang, Beleuchtung, Schlagsicht der Luft, Menschen usw.	Vorkommnisse
1600	Qu. IV 8371 SW 6, See 5, halb bedeckt, Sicht 10 Se.	
1630 -1717 2000		Alarmübung
2248	Qu. IV 8397 SW 3, See 2-4, einzelne Wolken, Sicht 10 Se. Qu. IV 8323	mit Beginn der Mitternacht in xv-288 Grad umkehrte um 9 Grad in Sicht. Vor dem Aufbruch setzt sich Dunkelheit ein. Wetter klar, aber keine Neutralitätsabgaben. Laufe im Uhrzeigersinn. Nr. 101 B II 5 c und 11. Offizier von 57. Kriegsbereich des B.G.L. Nr. 101 B II 5 c lautet: Abbruch des B.G.L. Nr. 101 B II 5 c. Lauter: Ab sofort umkehrte der gesamte Kriegsbereich. (1) Gegen alle brasilianischen Handelsschiffe, die nach gegen unbestimmte die die als brasilianisch kennzeichnenden Schiffe. (2) Gegen brasilianische Kriegsschiffe. (3) Gegen alle anderen Schiffe, die nach gegen unbestimmte die die als brasilianisch kennzeichnenden Schiffe. Haupter hat Kontrolle, auch ohne die ein Zeichen von dem G.D. hat, mit Passagiermaschine und 4 Lohndiensten. Er hat nach 23h 53 in xv-210 Grad in Sicht, anschließend ein weiterer Angriff. <b>2353 Qu. IV 8285</b> Schuss aus Rohr II und IV. VR 3. See 2, See 3, halb bedeckt, Sicht 5 Se.
2305	Qu. IV 8288	
2400	Qu. IV 8285 SW 3, See 3, halb bedeckt, Sicht 5 Se.	Feldschüsse wegen im geringen Abstand vor VR 3. Haupter haben die Möglichkeit des Schusses zu stoppen, ist aber tatsächlich auf alle Lohndienstleistungen weiter. <i>Schacht</i>

**Fotografia 2:** Diário de bordo do U-507. Na região destacada é possível observar a identificação do horário como sendo retratado às 23h53, seguida da ordem de disparo de torpedos dos tubos II e IV. Fonte: Página nº35 do diário de bordo do U-507.

A partir do depoimento do 1º Tenente de Artilharia José Joel Marcos, de 28 anos de idade e natural do Estado do Ceará, se constata que o Baependy foi torpedeado duas vezes, com um curto intervalo de tempo - estimado em 1 minuto pelo oficial - resultando em uma imediata inclinação da embarcação a boreste (lado direito), seguido de uma forte explosão. O Tenente Marcos estimou o tempo de três minutos, desde o impacto do primeiro torpedo até o momento de submersão total do Baependy. José Marcos foi lançado ao mar e resgatado por uma baleeira (bote salva-vidas), a única que conseguiu se desprender do mercante brasileiro. A bordo foram encontrados alguns remos, água, biscoitos, foguetes de sinalização e uma bússola.

Em relatório do inquérito instaurado pelo Exército, ficou registrada a conclusão de que, baseado nos depoimentos dos naufragos, as baleeiras da embarcação não estavam posicionadas corretamente para que fossem realizadas, na melhor forma possível, as operações de salvamento. Esta conclusão, de certa maneira, exime de culpa o Capitão Harro Schacht pelo ataque consecutivo e indiscriminado contra uma embarcação civil ao qual realizavam uma navegação de cabotagem. Neste ataque, dentre as 272<sup>10</sup> pessoas a bordo do Baependy, apenas 28 se salvaram nesta mesma baleeira.

Os sobreviventes relataram alcançar uma praia denominada “Moita Verde”. Tomando como base a localização do naufrágio do Baependy (11º51’S, 37º23’W) e o relato de que, após alcançarem terra firme, os 28 sobreviventes caminharam aproximadamente 25 quilômetros até a cidade de Coqueiros, é possível que a referida praia da “Moita Verde” seja a atual praia Costa Azul. De Coqueiros, partiram via canoa até a cidade de Estância onde receberam atendimento médico e entraram em contato com o Comandante da 7ª Região Militar para relatar o ocorrido.

---

<sup>10</sup> É interessante ressaltar a divergência de informações presente nas documentações. A coletânea publicada pela Imprensa Nacional no ano de 1943, denominada de “Agressão: Documentário dos fatos que levaram o Brasil à guerra”, apresenta o total de passageiros a bordo do Baependy como sendo de 323 pessoas. O Inquérito Policial Militar instaurado, responsável pela investigação dos naufrágios, apresentou a quantidade de passageiros contabilizada em 272 pessoas. Tendo em vista que o Inquérito faz uso da documentação disponibilizada pela Capitania dos Portos da Bahia, o documento produzido pelo Exército foi utilizado para a base de dados no corpo do texto deste artigo.

No Itagiba, mesmo tendo zarpado do porto de Vitória no mesmo dia 15 de agosto às 06h00 da manhã, no dia 17 de agosto, neste momento já ao largo de Salvador, nenhuma notícia havia sido divulgada pela imprensa nacional e os seus tripulantes navegavam sem saber do perigo que flutuava naquela região. O Departamento de Imprensa e Propaganda, responsável pela veiculação de notícias no país, ainda estava analisando as informações coletadas sobre o ocorrido e aguardando um posicionamento oficial de Vargas para disseminar, ou não, os eventos ocorridos neste trágico final de semana que havia passado. (MONTEIRO, 2013, p.98-99).

Às 10h50 da manhã do mesmo dia 17, o Capitão Harro Schacht ordena o disparo do Tubo de Torpedos II, o mesmo equipamento utilizado para naufragar o Baependy a exatamente trinta e quatro horas e cinquenta minutos atrás. A bordo viajava o pessoal da 3ª Bateria do 7º Grupo de Artilharia de Dorso sob o comando do Capitão José Tito do Canto. Diferente do Baependy, o Itagiba (13°24'S, 38°36'W) levaria cerca de 15 minutos até a submersão completa, um tempo precioso para que fosse iniciada a operação de desembarque, liderada pelo Comandante da embarcação José Ricardo, o 1º Tenente Alípio Napoleão de Andrade Serpa e o 3º Sargento Anadir Samuel. Ao 1º Tenente Serpa é creditada uma menção honrosa pela sua atuação humanitária que permitiu o salvamento de um grande número de tripulantes e combatentes sob o seu comando.

O Tenente Serpa e o Sargento Anadir, após a submersão completa do Itagiba, ficaram à deriva no mar até serem resgatados pelo Vapor Arará, embarcação que, ao presenciar o naufrágio do Itagiba, foi ao socorro dos náufragos e acabaria por sofrer o mesmo destino, sendo esta também torpedeada pelo submarino alemão U-507 e vindo a pique em apenas 1 minuto após ter o seu casco rompido em dois. Ambos foram classificados como desaparecidos após a explosão e naufrágio do Arará (13°31'S, 38°36'W).

Apesar do Estado reter as informações acerca dos ataques até o dia 18 de agosto, o Governo Brasileiro não postergou medidas que pudessem resultar no salvamento de mais vidas. Em carta enviada ainda no dia 16 de agosto ao Ministro da Guerra, o General

Eurico Gaspar Dutra, o Capitão Lauro Moutinho dos Reis, oficial do 7º G.A.Do e sobrevivente do Baependy, comunicou a sua chegada a cidade de Estância assim como informou a situação da tragédia aos seus oficiais superiores, tomando a liberdade de solicitar ordens para que fossem ministradas operações de busca e salvamento na região com o objetivo de resguardar a vida de náufragos que poderiam estar à deriva.

Em telegrama ao Coronel Aleixo, Comandante da 6ª Região Militar, o Ministro da Guerra, General Dutra, ordena o envio de unidades militares disponíveis para a realização de buscas ao longo do litoral sergipano. O General também informou haver solicitado ao Ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, o envio de reforços da Força Aérea Brasileira para complementar as operações de busca e resgate de possíveis náufragos. Esta missão seria entregue nas mãos do Brigadeiro Eduardo Gomes, na qual ordenou, já no amanhecer do dia 17 de agosto, o envio de aviões da Força Aérea Brasileira. O Almirante Jonas H. Ingram, observador naval dos Estados Unidos no Brasil, também se mobilizou para prestar auxílio às vítimas brasileiras, disponibilizando aviões da Marinha dos Estados Unidos para a complementação nas operações de busca. Além disso, o Almirante Arthur Neiva, da Marinha de Guerra do Brasil, também ordenou o deslocamento de duas embarcações militares para as possíveis regiões dos naufrágios, até aquele momento desconhecidos com exatidão.

Em carta ao Ministro da Guerra, o Coronel Barreto informou o desenvolvimento destas operações ordenadas pelo Ministro. Na manhã do dia 17 de agosto um avião modelo B-25 sobrevoou o local de um dos naufrágios, não sendo localizado nenhum sobrevivente à deriva, apenas manchas de óleo e destroços na água, demais aeronaves dos modelos PBY-Catalinas também foram mobilizadas para as operações de busca. Embora houvesse incerteza acerca das localizações, as operações aéreas, de fato, salvaram vidas. Em carta ao Presidente da República, Getúlio Vargas, o Coronel Maynard Gomes, Interventor Federal no Estado de Sergipe, informou a Vossa Excelência que uma esquadrilha no âmbito da operação de resgate havia localizado um náufrago do mercante Aníbal Benévolo em uma praia deserta, bem como a baleeira de nº 4 do Vapor Araraquara, na qual vagava com 4 náufragos a bordo.

No U-507, Harro Schacht relatou em seu diário de bordo o avistamento dessas aeronaves enviadas pelo Governo Brasileiro e seus aliados, os Estados Unidos. Na manhã do dia 18 de agosto o submarino alemão se encontrava na superfície para iniciar uma operação de reparos ao tubo de torpedo II, na qual havia apresentado uma pane no dia anterior. Enquanto um mergulhador realizava os reparos na parte externa da embarcação, a tripulação localizava uma aeronave se aproximando. Devido à presença de homens no mar, o submarino alemão não poderia submergir imediatamente, mas o Capitão alemão ordena que a tripulação retornasse a bordo. O U-Boat possuía armas antiaéreas no deque superior, mas a sua metralhadora também estava apresentando defeito desde uma submersão de emergência realizada ainda na costa de Cabo Verde. Em um primeiro rasante, Schacht vai relatar ser possível avistar as insígnias dos Estados Unidos nas asas da aeronave. Logo em seguida, o avião, no qual o modelo não é especificado pela tripulação alemã, inicia uma manobra para um segundo rasante, mas desta vez para realizar um ataque contra o submarino. A aeronave lançou quatro bombas contra o U-507 e embora o ataque resultando na inutilização de dois tubos de torpedos do submarino, não conseguiu afundar<sup>11</sup> a embarcação. O U-507 viria a naufragar apenas em 13 de janeiro de 1943, atacado por um PBY- Catalina dos Estados Unidos.

---

<sup>11</sup> Através de publicações realizadas na imprensa, foram criados mitos ao longo do país de que o “corsário submarino” havia sido naufragado por aviões aliados na costa do Brasil.



Fotografia 3: Capa do jornal informando o ataque a um submarino alemão no litoral nordestino. Fonte: Diário de Notícias, Rio de Janeiro. Dia 19 de agosto de 1942.

A derrocada dos navios também resultaria em uma grande perda material civil e militar. Os custos estimados dos prejuízos envolvendo as cinco embarcações a vapor naufragadas foram de aproximadamente Cr\$ 30.155.597,20 cruzeiros. No Baependy eram transportados o valor de Cr\$ 11.454.763,90 cruzeiros, enquanto no Itagiba o montante somava a quantia de Cr\$ 7.402.828,10 cruzeiros. A bordo do Baependy se destacava o material do 7º Grupo de Artilharia de Dorso, completamente perdido no ataque. Além disso, constava na documentação da embarcação o transporte de material bélico destinado ao 1º Grupo Pesado Móvel, destacado em Fernando de Noronha, assim como material do Instituto Veterinário do Exército. No Itagiba eram transportados cinquenta volumes recebidos do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, oito volumes de Material Veterinário e também oito volumes de móveis, com todo este material pertencente ao 7º G.A.Do.

Parte deste material lançado ao mar viria a ser arrastado até a costa pela correnteza, resultando no aparecimento do mesmo ao longo das praias existentes nos arredores da cidade de Aracaju. O Coronel Augusto Maynard, interventor federal no

Estado de Sergipe, ordenou o início de uma operação com a finalidade de realizar uma busca e recuperação destes objetos na qual alcançaram o litoral sergipano. No decorrer da missão, na região conhecida como Pontal, foram encontrados uma grande quantidade de destroços que foram recolhidos com a ajuda do Delegado local, o senhor Argemiro Cardoso de Oliveira; na cidade de Coqueiro ficou registrado o aparecimento de injeções destinadas ao Instituto Veterinário; já em Mangue Seco grande quantidade de material bélico foi localizada, assim como em Saco, local onde foram encontrados 2 cantis, 4 capacetes, uma mala dos correios e um barril de óleo.

Embora tenha sido organizada esta operação de resgate do material perdido, foram registrados saques realizados pelos habitantes locais, tanto ao material militar transportado pelos navios quanto aos objetos pessoais saqueados diretamente dos corpos que foram arrastados até as praias pela correnteza. Em trabalho discorrido pelos historiadores Andreza S. Cruz Maynard e Dilton C. S. Maynard é possível se aprofundar na temática dos saques, ficando esta obra restrita ao relato de Maria Martinha Araújo, conhecida como Dona Dedé:

Dinheiro muitos apanharam, moiado, era escolhendo as horas para botar no sol, quando pôr. E porque a gente via pobre e ficou bem de vida, ficou bem de vida, eles diziam que não foi daquilo não, foi do trabalho, mas todo mundo tava sabendo que foi daquele negócio, daquela miséria que teve. (MAYNARD, A. MAYNARD, D. 2019, p.4)

O Aspirante Clovis Camelyer, militar responsável por coordenar as operações de recuperação deste material advindo dos naufrágios, registrou, no dia 21 de agosto de 1942, a situação dos saques contínuos praticados pelos “praianos” em carta ao Tenente Coronel Gilberto Freitas, comandante do 28º Batalhão de Caçadores da 6ª Região Militar.

Portanto, os eventos decorridos entre os dias 15 e 19 de agosto de 1942 apresentariam duas grandes consequências diretas para a sociedade brasileira e para as Forças Armadas do Brasil. Na perspectiva social, o Brasil, a partir do Decreto nº 10.358 do dia 31 de agosto de 1942, passaria a constituir um país oficialmente beligerante no



conflito mundial, decretando o Estado de Guerra contra as potências do Eixo. A decisão de declarar o Estado de Guerra adveio da pressão popular que, ainda no dia 19 de agosto, um dia após a divulgação dos acontecimentos pela Imprensa Nacional, se reuniu à frente do Palácio Guanabara exigindo um posicionamento do Presidente da República (Getúlio Vargas) perante os ataques. A primeira resposta do governo foi a implementação do estado de beligerância, no dia 22 de agosto, contra a Alemanha e a Itália, seguida da declaração de guerra, já referida, do dia 31 do mesmo mês.

Enquanto no sudeste a população pedia por respostas, no nordeste os habitantes dos Estados de Sergipe e Bahia, destacando as cidades de Aracaju, Estância e arredores, vivenciaram os efeitos da guerra na porta de casa com o advento de cadáveres, vítimas de uma brutalidade indiscriminada promovida pelo conflito. Apesar da característica mais visceral de experiência dos moradores destas respectivas localidades, o nordeste inteiro viria a ser impactado pela guerra. Desde os homens enviados para a colheita de borracha na Amazônia, os chamados soldados da borracha, até a população pesqueira que acabaria sendo inserida na lógica da guerra em nome da defesa costeira, com a obrigação de reportar todas as embarcações avistadas. (MOITA, S. GONÇALVES, R. 2021).



Fotografia 4: Capa do Jornal informando o surgimento de cadáveres nas praias de Aracaju. Fonte: A Noite (RJ), dia 20 de agosto de 1942.

Os moradores do litoral passaram a ser apelidados de “soldados da praia” (CRUZ, L. 2017, p.250) e o nordeste brasileiro viraria um autêntico front de batalha adormecido. Nas cidades, os apagões passariam a compor as madrugadas (*blackouts* como eram chamados), uma estratégia militar defensiva na guerra antiaérea e de característica passiva, impedindo a localização das cidades à noite e, desta forma, impedindo possíveis bombardeios. (MAYNARD, A. MAYNARD, D. 2019).

À medida que a sociedade civil sofria com as consequências da guerra, no âmbito militar, as Forças Armadas Brasileiras presenciaram o seu auge de investimento bélico. É imprescindível elucidar que a Artilharia de Costa do Brasil já existia e recebia investimentos internos e externos anteriores aos eventos registrados. Em 10 de maio de 1934, o Exército Brasileiro, em parceria com as Forças Armadas dos Estados Unidos, realizou um exercício militar em conjunto para desenvolver a Artilharia de Costa no Brasil, atividade esta que seria renovada em 12 de novembro de 1936 (SEITENFUS, 2000, p.77). Mas a partir dos acordos militares firmados entre 1941 e 1942, sendo intensificados após agosto de 1942, foi promovido um crescimento exponencial na capacidade operacional da Artilharia de Costa Brasileira.

Este desenvolvimento operacional estava atrelado ao projeto de defesa continental, organizando novos setores militares - para além da região Sudeste - nas regiões do Norte e Nordeste do Brasil, considerados pontos essenciais estrategicamente para a guerra no Atlântico e as operações no Norte da África. Na prática, a Artilharia de Costa, até 1941, estava presente somente no Rio de Janeiro e na cidade de Santos, com os investimentos direcionando novas unidades para as cidades de Belém, Natal, a ilha Fernando de Noronha, Recife, Salvador, Imbituba e Rio Grande do Norte. (MOITA, S. GONÇALVES, R. 2021, p.147).

As unidades militares criadas foram o 1º, 2º, 3º e 4º Grupos Móveis de Artilharia de Costa (G.M.A.Co), responsáveis pela defesa de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e a ilha de Fernando de Noronha (7ª Região Militar). Estas unidades marcaram o emprego da artilharia móvel ferroviária, empregando canhões de alto calibre (152mm). O 5º G.M.A.Co ficaria responsável pela defesa do Rio de Janeiro (1ª

Região Militar), enquanto o 6º G.M.A.Co se encontrava sediado em São Paulo (2ª Região Militar), o 7º G.M.A.Co estaria a cargo do Rio Grande do Sul (3ª Região Militar) assim como o 8º G.M.A.Co responsável pela defesa dos Estados de Paraná e Santa Catarina (5ª Região Militar). Desta forma, estaria se constituindo a principal linha defensiva brasileira em um eventual desembarque inimigo. Demais unidades seriam criadas para complementar as defesas costeiras do país, como é o caso do 13º G.M.A.Co, composto a partir do Decreto nº 5.370 em 2 de abril de 1943 e sediado em Niterói. Esta e demais unidades seriam estruturadas para a defesa da Capital Federal (Rio de Janeiro), com o projeto de se constituir uma zona de perfuração nos arredores da Baía de Guanabara com os canhões de 400mm adquiridos dos Estados Unidos. (MOITA, S. GONÇALVES, R. 2021, p.147-149 apud FORTES, 2001).

A perda do 7º Grupo de Artilharia de Dorso, assim como as demais vítimas da fatalidade de agosto, acabaria por inserir completamente o Brasil, mediante o seu posicionamento internacional de beligerância, como um personagem estabelecido na política internacional da guerra. Em um cenário anterior de ambiguidade política e desconfiança para o armamento das Forças Armadas Brasileiras pelos Estados Unidos, após os ataques de 1942, o Brasil passaria a se distinguir como um aliado natural de Washington, sendo esta aliança rapidamente “personificada” pela imagem do Zé Carioca e concretizada a partir do envio de materiais bélicos e apoio financeiro para a implementação da Companhia Siderúrgica Nacional. Ademais, é possível levantar uma crítica ao relatório do Inquérito Policial Militar instaurado, ao qual chegou à conclusão de que o elevado número de vítimas fatais estaria diretamente relacionado à questão do Comandante do Baependy, João Soares da Silva, “não encarar a hipótese de ser atacado na viagem” (IPM - Relatório, 1942). O documento concluiu que não foram realizados os exercícios de salvamento após o navio deixar o porto e que as baleeiras (botes salva-vidas) não estavam devidamente posicionadas. Segundo depoimento do Chefe de Máquinas Adolfo Artur Kern, o primeiro torpedo arrebentou os tanques de óleo combustível, resultando em uma grande explosão, seguida de um forte incêndio na embarcação, com a segunda explosão decorrendo segundos depois danificando as

baleeiras e grande parte da embarcação. Sobre o Comandante João Soares da Silva, o Chefe de Máquinas Adolfo Artur Kern vai relatar o seguinte depoimento:

Encontrava-me no tombadilho, do lado de fora da sala de música, em uma reunião na qual se encontravam o Tenente Castelo Branco e sua família, um funcionário do Loide Brasileiro, marítimo, que viajava a serviço. Estávamos reunidos, quando o comandante, após ter acabado de jantar no salão, passou por nós. Tinha dado cinco passos, no máximo, quando se produziu a primeira explosão. Como todos os outros, foi colhido de grande surpresa, devido ao ataque inesperado. Voltou-se e perguntou-me: 'Chefe, que foi isso?' Percebi, pelo cheiro de pólvora, que se tratava de um torpedo, e respondi: 'É fora de dúvida, mande arriar as baleeiras'. Quando acabava de pronunciar essas palavras, deu-se a segunda explosão [...]. A explosão do segundo torpedo, ele (o comandante) correu para a escada do passadiço. Ainda consegui vê-lo no alto da escada, já passando para o passadiço, que é a ponte de comando. E aí, de um salto, quando o navio já adernava, ele segurou o apito. O navio começou a apitar e só deixou de fazê-lo quando foi tragado pelas ondas. O marinheiro, também sobrevivente, que estava de serviço no lema, viu-o agarrar no apito para dar o sinal de alarme. Notou que o comandante estava coberto de sangue, ferido, naturalmente pelos estilhaços provenientes da explosão. Daí a razão por afirmar que o comandante morreu no seu posto. (KERN, 1942).

Esta conclusão, emitida pelo Exército, em parte, culpabiliza o Comandante do Baependy pelo elevado número de vítimas fatais. A culpa deste elevado número de vítimas está nas mãos de Harro Schacht, autor do ataque que, a partir de um golpe duplo, impediu as operações de salvamento, naufragando a embarcação brasileira em poucos minutos. Este relatório também exime a parcela de culpa do Ministério da Guerra pela morte de militares brasileiros e seus familiares, assim como o prejuízo do arsenal militar, ao realizar este transporte em navios desprovidos de escolta armada. O estudo do Inquérito Policial Militar referente ao naufrágio do Baependy, assim como as demais documentações atreladas ao tema, é pertinente para o processo de construção da memória dentro da História Militar brasileira, rememorando os indivíduos que sofreram com a ferocidade de uma guerra a qual não pertenciam.

## Referências

### Fonte documental

Agressão: Documentário dos fatos que levaram o Brasil à guerra. Imprensa Nacional. 1943. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

A Noite. Rio de Janeiro. 20 de agosto de 1942. Edição 10965. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_04&pagfis=16505](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pagfis=16505)>. Acesso em: 01 jan. de 2024.

Diário de Notícias. Rio de Janeiro. 19 de agosto de 1942. Edição 06079. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718\\_02&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=11096](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_02&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=11096)>. Acesso em: 02 jan. de 2024.

Inquérito Policial Militar do Baependy. Ministério da Guerra. 1942. Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro.

MANSON, Jerry. U-507 - 3rd War Patrol. Uboatarchive. Diário de Bordo do U-507 - Capitão Harro Schacht. 1942. Disponível em: <<https://www.uboatarchive.net/U-507/KTB507-3.htm%3c>>. Acesso em: 03 dez. 2023.

### Bibliografia

ARGUELHES, Delmo. A conferência dos chanceleres americanos de 1942 e o envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial, Parte II. in: SILVA, Francisco et al. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Multifoco/Tempo, 2010.

BARONE, João. *1942: O Brasil e a sua guerra quase desconhecida*. 2ª edição. Rio de Janeiro. HarperCollins. 2018

CRUZ, Luiz Antônio. *A guerra do Atlântico na costa do Brasil: Rastros, restos e aura dos u-boats no litoral de Sergipe e da Bahia (1942-1945)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2017.

Decreto-lei nº 4.342 - Criação do 7º Grupo de Artilharia de Dorso. Câmara Legislativa. Rio de Janeiro, maio de 1942. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4342-26-maio-1942-414626-norma-pe.html>>. Acesso em: 04 de maio, 2024.

FERREIRA, Jorge. Mortes no mar, dor na terra. Brasileiro atingidos pelo ataque do submarino alemão U-507 (agosto de 1942). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.43, n.2, p.275-288, maio/agosto de 2017.

FERRAZ, Francisco. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. 1ª edição. Zahar. Rio de Janeiro. 2005.

FILHO, Elísio. U-507: Um estudo interpretativo das ações de um submarino alemão nas águas do Brasil. *Navigator*, Rio de Janeiro. v.2 - N.3, p.56-71, junho de 2006.

FIDELIS, Thiago. A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942-1945): alguns apontamentos. *Revista Maracanã*, Rio de Janeiro, n.30, p.276-290, maio/agosto de 2022.

FRAGA, Andre; LAGO, Mayra; MOURELLE, Thiago. 80 anos da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial: aspectos políticos, econômicos, culturais e regionais. *Revista Maracanã*, Rio de Janeiro, n.30 p.14-21, maio/agosto de 2022.

LAPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo e FERRER, Jorge. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. 1ª edição. Multifoco. Rio de Janeiro. 2010.

MAYNARD, Andreza; MAYNARD, Dilton. Segunda Guerra Mundial: Notas sobre o cotidiano de Aracaju após o ataque do U-507 (1942-1945). *Boletim do Tempo Presente*, nº13, p.58-69. 2019.

MOITA, Sandro; GONÇALVES, Rogério. Entre pescadores e canhões, a guerra chegou ao litoral: a experiência dos soldados na transformação da artilharia de costa brasileira (1942-1945). *Navigator*; Subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V.17, nº 33, p.141-156. 2021.

MONTEIRO, Marcelo. *U-507: O submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 2013.

MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: O caso do Brasil (1939-42). in: ROCHA, Dora. *Estudos históricos* 12. FGV. Rio de Janeiro. 1993.

SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. 1º edição. EDIPUCRS. Porto Alegre. 2000.

7º Grupo de Artilharia de Campanha RO/ História do Regimento Olinda. Exército Brasileiro. Disponível em: <<https://7gac.eb.mil.br/index.php/historico>> . Acesso em: 04 de maio, 2024.

Recebido em abril de 2024  
Aceito em agosto de 2024